

A superexposição lamentável da Unicamp

Uma sucessão de fatos, que geraram questionamentos e desconforto entre os professores, marcam o episódio da demissão por justa causa do perito Ricardo Molina de Figueiredo do quadro de docentes da Universidade. A Adunicamp considera lamentável que uma questão administrativa interna tenha chegado às páginas da grande imprensa e a render boletins de ocorrência policial contribuindo desta forma para que a demissão ganhasse proporção de escândalo.

A repercussão do caso na imprensa coloca a Universidade em condição de superexposição perante a opinião pública a partir de um fato que deveria ter sido resolvido internamente. O episódio, entretanto, revela um aspecto que chamou a nossa atenção: o tratamento diferenciado dado a Molina e a Badan Palhares, acusados de atos irregulares. Molina – alvo de sindicância por utilização de verba pública e por ter duplicado o valor das despesas de sua estada num hotel de Portugal – teve sua falta considerada gravíssima e foi punido com a demissão, enquanto Badan Palhares, que também foi investigado por uma comissão por manter em seu consultório particular um microscópio de propriedade da Unicamp (avaliado em US\$ 50 mil), com falta considerada grave pela comissão, recebeu como punição apenas **suspensão por três dias**.

As denúncias feitas por Molina à imprensa – inclusive em emissora de rádio de alcance nacional, após sua demissão ter sido oficializada – que apontam a FUNCAMP como instrumento para “lavagem de dinheiro” muitas vezes trazido por docentes que retornam de viagem ao Exterior e indicam uso de

dinheiro público pela Fundação para várias finalidades irregulares, entre elas, aquisição de material de construção para fins particulares - são sérias e exigem imediata explicação. O professor, no entanto, comete grave equívoco quando dispara denúncias em todas as direções sobre supostos “fatos”, que diz serem de seu conhecimento envolvendo setores e docentes da Unicamp. **Se já os conhecia e tem mecanismos para comprovar essas irregularidades, porque não os apresentou antes de sua demissão?**

Independentemente da veracidade das acusações feitas, agora, pelo perito, a Adunicamp sempre defendeu a total transparência nas contas da Fundação. Se a prática de acompanhamento e fiscalização, defendida há anos pelas entidades representativas da Universidade já tivesse sido adotada, seguramente a Unicamp estaria em posição mais confortável para responder a qualquer denúncia. O

argumento habitualmente utilizado, de que a FUNCAMP é entidade de direito privado, não se sustenta ao nosso ver, já que seu Conselho de Curadores, órgão máximo da Fundação, é formado por pró-reitores e diretores de unidades e, além disso, **seu presidente é o vice-reitor e Coordenador Geral da Universidade, Prof. Dr. Fernando Galembeck**.

Em nome da coerência cobramos da Direção da FUNCAMP resposta imediata às acusações. E, sob nosso ponto de vista, ela deveria vir por meio de uma auditoria realizada por empresa externa e idônea. E que os resultados da auditoria sejam apresentados ao Consu.

Prática de transparência e de fiscalização poderia evitar denúncias desta dimensão

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Dia 15/03 (quinta-feira) às 12 horas no Auditório da Adunicamp

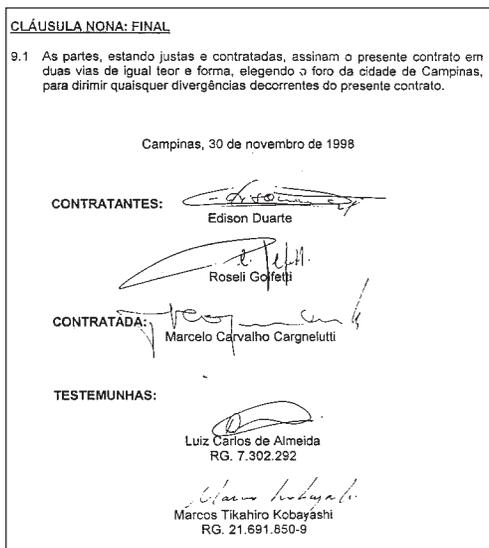
Pauta:

- 1) Campanha Salarial;
- 2) Eleição para a próxima Diretoria.

Conclusão de apuração de denúncias contra vice-prefeito exige rapidez

Cerca de quatro meses após a apresentação de dossiê pelo STU envolvendo o vice-prefeito do *campus*, Professor Luiz Carlos Almeida, em denúncias de irregularidades, nenhuma conclusão dos trabalhos da Comissão que apura o caso foi apresentada. Esta morosidade justifica nossa preocupação com a exposição negativa da Universidade junto à opinião pública

As denúncias dão conta de que a empresa L. C. Almeida Engenharia e Construções Ltda, de sua propriedade, foi vencedora de concorrência para obras na Unicamp, entre elas a reforma e ampliação da Biblioteca da Faculdade de Educação Física e de que a K-2 Engenharia e Construções Ltda, além de utilizar funcionários da L.C. em trabalhos na Universidade, tem como responsável por uma das obras Marcelo Carvalho, sócio de Almeida.



Para garantir o correto encaminhamento das apurações, e até mesmo para preservar a imagem da Instituição, é necessário o afastamento de Almeida do cargo que ocupa na Administração da Unicamp. Afinal, o professor é também o responsável pelo Estec e continua diretamente ligado aos processos de terceirização de obras no *campus*.

Embora as acusações tenham sido contestadas no Consu pelo Professor Guedes, chama a nossa atenção a assinatura do Professor Almeida no contrato com data de 30/11/98, sendo que pelo nosso conhecimento ele ocupa a função de vice-prefeito desde abril de 98 (ver cópia do contrato que integra o dossiê do STU).

Como já foi divulgado em seu boletim de 19 de dezembro passado, a Adunicamp lamenta, o envolvimento do Professor Almeida - colega associado e membro fundador da entidade - em denúncias de irregularidades.

Mas acredita que a manutenção do professor em seu cargo de vice-prefeito, enquanto as apurações prosseguem e a morosidade dos trabalhos da Comissão em nada ajudam o esclarecimento da questão. Não concordamos com a postura assumida pela cúpula da Universidade.

Campanha salarial será lançada dia 28

A estruturação da Campanha Salarial de 2001 já está sendo discutida pelo Fórum das Seis. Duas reuniões com esta finalidade (em 14/02 e 05/03) foram realizadas na sede da Adusp.

Foi deliberado solicitar ao CRUESP a continuação das reuniões da Comissão de Acompanhamento que, de acordo com o CRUESP, encerraram-se em fevereiro.

É senso comum que a questão salarial está vinculada à expansão do número de vagas nas universidades públicas paulistas, aos gastos com a aposentadoria de seus servidores e com a assistência à saúde da po-

pulação.

Esta questão será discutida na Assembléia Geral Extraordinária marcada para o dia 15/03 (quinta-feira) às 12 horas, no Auditório da Adunicamp que discutirá também a nova eleição.

A Campanha Salarial será lançada publicamente na USP, às 14 horas do próximo dia 28. Estão sendo programadas atividades posteriores na Assembléia Legislativa.

A próxima reunião do Fórum está agendada para as 14 horas do próximo dia 16, na ADUSP. Para esta reunião serão convidadas as entidades representativas dos estudantes das três universidades.

Ação pede IR menor

A Assessoria Jurídica da Adunicamp deu entrada no último dia 28, na Justiça Federal, a uma ação na qual postula em favor de toda a categoria representada a não-incidência de limite de valores do abatimento das despesas com Educação no Imposto de Renda de 2001 (ano-base 2000).

O limite total fixado atualmente é de R\$ 1,7 mil. A ação propõe ainda a atualização da tabela do IR, não modificada nos últimos cinco anos, e que por conta disso, penaliza o contribuinte.

A expectativa é de que a liminar solicitada na ação seja concedida pela Justiça nos próximos 15 dias.